

De volta, a idéia das comissões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A criação de comissões legislativas da Câmara e do Senado para examinar mensagens do Poder Executivo e projetos subscritos pelos partidos, a realização de sessões plenárias das duas Casas apenas em casos especiais e a criação de uma comissão geral da Assembléia Nacional Constituinte de 110 membros foram discutidas, anteontem na residência do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pelo dono da casa, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, os deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Euclides Scalco (PMDB-PR).

Preocupado com a reação dos deputados, recém-eleitos que criticam a tentativa de elaboração agora do regimento da Constituinte, Pimenta procurou minimizar o encontro: "Tem criado muito problema o que tem saído. Fica a idéia de que há algo oficial, formal e não há". Quantos membros terá a Grande Comissão Constitucional? Indagaram os repórteres: "Não há nada conclusivo. Uns falam em 79, 80, cem membros". E a suspensão do funcionamento da Câmara e do Senado?

Pimenta respondeu:

— A maioria acha que não deve haver concorrência. A posição dos novos é muito animadora e reabre esperanças de que a Assembléia Nacional Constituinte seja exclusiva.

Pimenta não crê que a Constituinte avoque o poder de legislação

ordinária: "Seria muito ruim". Nem que mantenha o chamado pinga-fogo: "Sou contra o pequeno expediente. Trata-se de um vício do parlamento ordinário. Seria inaceitável na Constituinte".

NOVOS DEPUTADOS

A idéia de se colocar o Congresso Nacional em recesso, criando-se uma comissão para cuidar da legislação ordinária durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, tem sido objeto de debate dos novos parlamentares como o jornalista Antônio Britto (PMDB-RS), ex-porta-voz de Tancredo Neves. Ele se mostra muito satisfeito, pois essa seria a aspiração da grande maioria dos novos deputados, que constituem mais de 60% da Câmara.

Britto, que por ser um nome nacionalmente conhecido tem sido procurado por vários dos novos colegas, tornou-se, na prática, coordenador de um movimento que procura assegurar, para os que estão chegando ao Congresso, participação mais efetiva na elaboração da futura Constituição.

Para ele, não há nada ainda definido. Mas acredita estar ganhando força a idéia de que o Congresso não pode ficar debatendo questões menores, tratando de escola, ponte, problemas paroquiais, enquanto a Nação vive grave crise econômica e deposita suas esperanças nos trabalhos da Constituinte.

"Precisamos trazer essa crise

aqui para dentro — disse —, discutila, procurar soluções, e abrir também a Constituinte à participação do povo."

Na prática, seu grupo propõe que a Constituinte ponha em recesso a Câmara e o Senado (o que não prejudicaria a escolha de suas respectivas Mesas), avocando a si a tarefa de cuidar da legislação ordinária. Para esse fim, designaria uma comissão mista de deputados e senadores, ou comissões separadas, em cada Casa, para cuidar apenas das proposições consideradas urgentes e relevantes.

Para a elaboração da Constituição, seria designada uma grande comissão, com tantos integrantes quanto necessário para refletir, fielmente, a representatividade de cada bancada partidária e mais algumas comissões incumbidas de abrir canais externos para a discussão, com a sociedade, de alguns temas mais importantes e controvertidos. Essa providência, que se aproxima da proposta do PT, segundo Britto, asseguraria não só a participação mais ativa da sociedade no processo de elaboração da Constituição, como proporcionaria atribuição a todos os constituintes.

Por sua vez, o deputado Amaury Müller (PDT-RS) classificou de "casuismo" a intenção do PMDB, agora de pôr o Congresso em recesso para tornar a Constituinte exclusiva: "Nós defendíamos isso — disse — mas o PMDB não quis. Agora quer por questão de casuismo."